

Dívida em títulos cresce R\$ 10 bi

Aumento de 1,31% em junho se deve a gastos com juros

LUCIANA OTONI

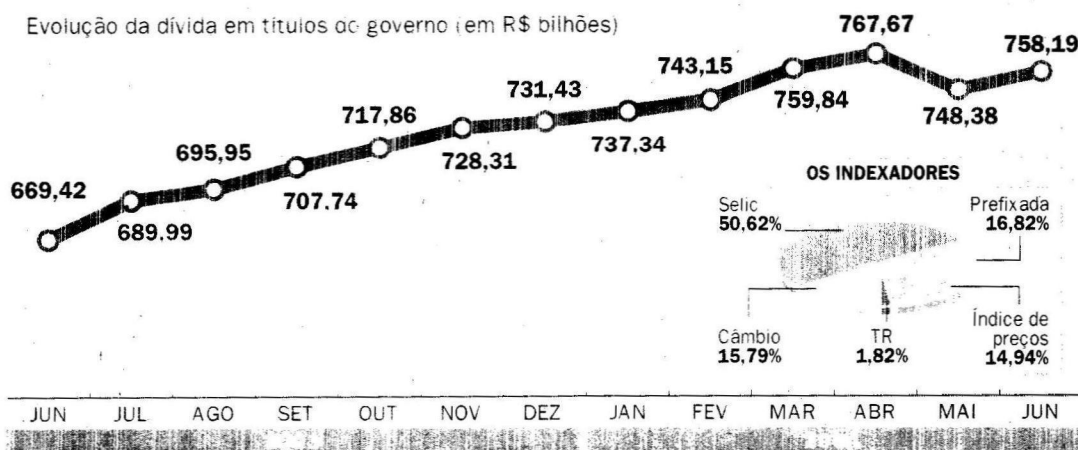
BRASÍLIA - A dívida pública em títulos federais cresceu 1,31% em junho na comparação com maio. O estoque passou de R\$ 748,38 bilhões para R\$ 758,19 bilhões em decorrência principalmente da apropriação de R\$ 9 bilhões de juros nominais. Os números foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central e mostram que, em junho, a parcela dos títulos indexados ao câmbio atingiu 15,79% (R\$ 119,70 bilhões) do total da dívida, o menor nível desde o início da série, em 1998.

Para julho, o BC adianta que a dívida exposta ao câmbio deverá cair para 14%, configurando uma nova queda recorde. A redução da dívida atrelada ao dólar é uma meta do Tesouro e do BC e visa reduzir o risco de expansão do passivo em momentos de volatilidade.

- Quanto menor a participação dos títulos cambiais, maior a previsibilidade que o Tesouro tem para o pagamento dos títulos e menor o risco de a oscilação do dólar contaminar a dívida pública - comentou o coor-

O peso do endividamento

Evolução da dívida em títulos do governo (em R\$ bilhões)



Fontes: Tesouro e Banco Central

denador-geral das Operações do Tesouro, Paulo Valle.

A meta é encerrar o ano com a parcela cambial entre 13% e 23% do total da dívida pública. A redução da participação dos títulos atrelados ao câmbio foi acompanhada de ampliação da fatia em títulos prefixados. A nota técnica divulgada ontem informou que, após as operações de *swap* (contratos que rendem a variação do dólar mais juros) feitas pelo BC, a participação da dívida prefixada passou de 16,37% em maio para 16,82% (R\$ 127,55 bilhões). Aumentou também a dívida corrigida pela taxa Selic, de 50,57% em maio para 50,62% em junho (R\$ 383,81 bilhões). A parcela dos títulos corrigidos por índices de preços

passou de 14,65% para 14,94% em junho (R\$ 113,29 bilhões).

Em junho, os resgates de títulos totalizaram R\$ 21,8 bilhões. As emissões, contudo, atingiram R\$ 22,1 bilhões, o que causou impacto de R\$ 288 milhões no montante da dívida. Do total das emissões, 72% corresponderam a Letras do Tesouro Nacional (LTN), título prefixado usado para melhorar o perfil da dívida pública com a previsibilidade dos pagamentos. Assim como nos meses anteriores, as instituições financeiras foram as maiores compradoras (67,1%) dos papéis.

A dívida em títulos de curto prazo (a vencer em até 12 meses) atingiu R\$ 320,53 bilhões (42,28% do total). Segundo Valle, considerando os vencimen-

tos de títulos previstos para agosto (cerca de R\$ 19 bilhões) e setembro (cerca de R\$ 13 bilhões), a dívida de curto prazo deverá decrescer.

Em junho, a liquidez bancária foi reduzida de R\$ 62,9 bilhões para R\$ 46,5 bilhões devido ao superávit primário do governo central (BC, Tesouro e INSS) e ao redirecionamento de recursos a operações compromissadas (compra ou venda de títulos com o compromisso de revenda ou recompra) com prazos mais longos. Conforme explicou o chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto do BC, Sérgio Goldenstein, a redução da liquidez dá mais conforto à autoridade monetária e contribui na análise de risco do país.